



A Santa Sé

**DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II
AO NOVO EMBAIXADOR DO PAQUISTÃO JUNTO DA SANTA SÉ
POR OCASIÃO DA APRESENTAÇÃO DAS CARTAS CREDENCIAIS**

Quinta-feira, 16 de Dezembro de 1999

Senhor Embaixador

É-me grato acolhê-lo hoje no Vaticano e aceitar as Cartas Credenciais através das quais Vossa Excelência é nomeado Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Islâmica do Paquistão junto da Santa Sé. Desejo expressar o meu agradecimento pela mensagem de saudação que me comunicou da parte do Presidente, Sua Excelência o Senhor Muhammad Rafiq Tarar, bem como do Governo e do Povo do Paquistão. Peço que lhes transmita os meus melhores votos, assim como a certeza das minhas orações pela prosperidade, harmonia e bem-estar da sua nação.

Senhor Embaixador, agradeço-lhe as amáveis palavras de estima pelos esforços despendidos pela Santa Sé no seio da comunidade internacional, em vista de promover a paz e o desenvolvimento humano no mundo inteiro. A Santa Sé considera este trabalho como uma parte do seu serviço à família humana, motivado por uma perene solicitude pelo bem-estar de todos os povos. A cooperação entre as pessoas, nações e governos constitui uma condição essencial para garantir um futuro melhor para todos, edificar sólidos fundamentos de paz e promover o progresso através do uso responsável dos recursos do mundo. A comunidade internacional enfrenta desafios formidáveis nos seus esforços neste campo, entre os quais estão os sérios problemas mencionados por Vossa Excelência: a situação da pobreza e da privação económica, as rivalidades étnicas e religiosas, bem como a negação do direito que os povos têm de decidir o próprio destino.

Na raiz de muitas destas dificuldades encontra-se uma rejeição do reconhecimento da dignidade inerente e inalienável da pessoa humana. Na minha *Mensagem para o Dia Mundial da Paz de*

1999, afirmei que a dignidade da pessoa humana constitui um "valor transcendente, como tal sempre reconhecido por todos aqueles que se entregaram sinceramente à busca da verdade" (n. 2). O não-reconhecimento desta dignidade dá origem a várias e não raro trágicas formas de discriminação, exploração, agitação social e conflito nacional e internacional, que infelizmente nos são tão familiares nos últimos tempos. Só quando a dignidade da pessoa é promovida e garantida pode existir uma base sólida para a paz e o desenvolvimento genuíno que abarca todas as pessoas.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem, cujo 50º aniversário celebrámos no ano passado, nasceu como resultado da triste experiência e dos terríveis sofrimentos da segunda guerra mundial. Ela foi motivada por um vigoroso desejo de assegurar que cada pessoa humana seja reconhecida como sujeito dos mesmos direitos universais e indivisíveis. O espírito dessa Declaração está condensado no seu preâmbulo, que afirma que "o reconhecimento da dignidade inerente e dos direitos equitativos e inalienáveis de todos os membros da família humana constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo". A construção de uma sociedade pacífica e do seu progresso genuíno depende da promoção de uma cultura que respeite e proteja os direitos fundamentais e inalienáveis da pessoa humana, dos quais os mais elementares são o direito à vida, à liberdade (inclusivamente a liberdade de pensamento, consciência e religião) e à plena participação na sociedade. Destes direitos básicos derivam os vários direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais que são essenciais para o bem-estar dos indivíduos e das sociedades.

O significado que as tradições religiosas e culturais têm na vida das pessoas é uma clarividente indicação de como é errado pensar que o desenvolvimento humano pode ser reduzido à mera economia. O desenvolvimento contém em si profundos aspectos humanos, sociais e políticos. O progresso genuíno não pode ser identificado com a acumulação de bens; pelo contrário, deve levar ao melhoramento genuíno e geral do homem, considerado na sua totalidade. Por conseguinte, ele possui necessariamente uma dimensão moral, composta de direitos e deveres. Como resultado, é errado atribuir à assistência financeira e tecnológica condições que agem contra as tradições e convicções éticas e religiosas de um determinado povo. Com efeito, quando os indivíduos e as comunidades vêem que a sua índole moral, cultural e espiritual não é rigorosamente respeitada, então tudo o resto a disposição dos bens, a abundância dos recursos técnicos aplicados à vida quotidiana e um certo nível de bem-estar material será insatisfatório e, em última análise, insignificante (cf. Sollicitudo rei socialis, 33). Os programas de desenvolvimento, tanto dentro de cada país em particular como a nível internacional, devem ser projectados e levados a cabo no contexto da solidariedade e de uma liberdade respeitadora da verdade da pessoa humana.

A liberdade religiosa constitui o cerne mesmo dos direitos humanos (cf. Mensagem para o Dia Mundial da Paz de 1999, n. 5). A violação deste direito é nascente de imenso sofrimento para os crentes, e por conseguinte é essencial que, quando um Estado concede uma condição especial a

uma determinada religião, não seja em detrimento das outras. Num tempo em que várias partes do mundo sofrem devido aos conflitos em nome das crenças religiosas, são necessários esforços que garantam a supremacia do espírito da tolerância e do respeito recíprocos. O recurso à violência em nome da crença religiosa é uma perversão da própria doutrina das principais religiões. Pelo contrário, o diálogo deve ser promovido entre as religiões presentes num território, de forma a fazer com que todos testemunhem que as crenças religiosas autênticas inspiram a paz, encorajam a solidariedade, promovem a justiça e tutelam a liberdade (cf. *Discurso por ocasião do encerramento da celebração da Assembleia inter-religiosa*, 28 de Outubro de 1999, n. 3). No momento em que o mundo se encaminha rumo a um novo milénio, deve haver uma renovada consciência da fraternidade universal de todos os povos na única família humana e uma grande cooperação entre os seguidores das religiões mundiais no campo da promoção dos valores espirituais, dos quais a humanidade contemporânea tem mais necessidade do que nunca.

A comunidade católica no Paquistão é exígua em comparação com o total da sua população, mas os seus membros são orgulhosos de se considerarem cidadãos paquistaneses. Eles permanecem empenhados em desempenhar uma parte íntegra no progresso político, social e cultural do próprio país, não em menor medida através das actividades educativas, médicas e de assistência aos necessitados. Ao cumprir a sua tarefa, a Igreja não tem em vista privilégios especiais, mas somente deseja exercer os seus direitos livremente e certificar-se de que estes direitos são respeitados. Desta forma, a Igreja poderá dar continuidade à sua missão espiritual e humanitária, contribuindo para a edificação de uma sociedade de justiça, confiança e cooperação recíproca.

Senhor Embaixador, actualmente o seu país está a enfrentar várias dificuldades e desafios. Rezo para que Deus Onnipotente guie os líderes do Paquistão na definição de um percurso que conduza de forma efectiva ao bem-estar da nação e ao bem da sociedade, lançando as bases para uma paz duradoura em toda essa região. No momento em que Vossa Excelência inicia a sua missão, transmito-lhe cordiais bons votos e asseguro-lhe a pronta colaboração dos departamentos da Cúria Romana. Sobre o Senhor Embaixador e o povo do Paquistão, invoco as abundantes bênçãos de Deus Todo-Poderoso.